

Os candidatos deverão apresentar-se para tomar posse nos lugares nos 20 dias imediatos aos da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas, ao abrigo disposto no n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

25 de Outubro de 2007. — O Director de Departamento de Recursos Humanos e Organização, *Agostinho Gomes*.

2611059898

CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE

Aviso n.º 21 564/2007

Alteração ao alvará de loteamento e de obras de urbanização n.º 7/91 — Inquérito público

António José Ferreira Sousa Correia Santos, presidente da Câmara Municipal de Peniche, faz saber que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em cumprimento da deliberação camarária tomada em reunião realizada em 15 de Outubro de 2007, pelo prazo de 15 dias a contar do 8.º dia da data da publicação no *Diário da República*, se procede a inquérito público à alteração do alvará de loteamento e de obras de urbanização n.º 7/91, que consiste na rectificação das áreas dos lotes 1 a 6 das áreas cedidas ao município e na unificação dos lotes 2-3 e 4-5, sites em Arribas do Mar, no Baleal, freguesia de Ferrel, concelho de Peniche.

Os elementos do loteamento, nomeadamente a memória descritiva e peças desenhadas, encontram-se patentes ao público na Divisão de Gestão Urbanística e Ordenamento da Câmara Municipal de Peniche e na sede da Junta de Freguesia de Ferrel.

As sugestões ou observações deverão ser apresentadas, até às 16 horas do último dia do inquérito, por meio de carta fechada dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Peniche, Paços do Concelho, 2520 Peniche.

22 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Correia*.

2611059500

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL

Aviso n.º 21 565/2007

Contrato de trabalho a termo resolutivo

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, faz-se público que, por despacho de 27 de Agosto de 2007, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, pelo prazo de um ano, susceptível de renovação para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, na área de psicologia clínica, com a Dr.ª Nélia Sofia de Jesus Reis, tendo início em 1 de Outubro de 2007 e termo a 30 de Setembro de 2008. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

22 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Luís Monteiro Ruas*.

2611059667

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aviso n.º 21 566/2007

Para os devidos efeitos e nos termos do n.º 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/06, de 7 de Junho, torna-se público que foi nomeado, em regime de comissão de serviço, o Dr. João Francisco Real Barradas no cargo de direcção intermédia de 1.º grau — director do Departamento Administrativo e Financeiro, de acordo com o despacho de 18 de Outubro de 2007, que a seguir se transcreve:

«Por meu despacho de 20 de Junho de 2007 determinei a abertura do procedimento de selecção tendo em vista o provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau — director do Departamento Administrativo e Financeiro, o qual foi publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 135, de 16 de Julho de 2007, rectificado no *Diário da República*, 2.ª série (parte L), n.º 144, de 27 de Julho de 2007, e na bolsa de emprego público número OE200707/0205.

De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, adaptada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/06, de 7 de Junho, da aplicação dos métodos de selecção foi proposta pelo júri do procedimento a escolha do candidato João Francisco Real Barradas por reunir os requisitos legais de provimento e o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e competências do Departamento Administrativo e Financeiro, como resulta do artigo 13.º do regulamento orgânico desta Câmara Municipal de Portalegre, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 106, apêndice n.º 50, de 1 de Junho de 2006, acima referido, tendo em conta que detém competência e aptidão técnica para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, capacidade de liderança, espírito de iniciativa, capacidade de planeamento e organização com comprovada experiência no desempenho de funções dirigentes, preferencialmente na área de actuação do Departamento Administrativo e Financeiro, nomeadamente na área financeira administrativa, gestão de recursos humanos, aprovisionamento, património e notariado privativo. O candidato demonstrou possuir competência técnica para o exercício de funções inerentes ao respectivo cargo.

Assim, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino:

1 — A nomeação de João Francisco Real Barradas, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau — director do Departamento Administrativo e Financeiro, da Câmara Municipal de Portalegre.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 22 de Outubro de 2007.

Nota curricular

Nome — João Francisco Real Barradas.

Data de nascimento — 29 de Março de 1954.

Habilitações académicas — licenciatura em Economia.

Percurso profissional mais relevante:

Técnico superior de 2.ª classe da Direcção-Geral do Património do Estado, em 10 de Fevereiro de 1986;

Técnico superior de 1.ª classe da Direcção-Geral do Património do Estado, em 12 de Outubro de 1989;

Técnico superior informático de 1.ª classe da Direcção-Geral do Património do Estado, em 24 de Julho de 1990;

Nomeado, em comissão de serviço, chefe de divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal do Crato, em 1 de Novembro de 1992;

Cessou a comissão de serviço de chefe de divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal do Crato, em 1 de Novembro de 1995;

Nomeado director de departamento de Administração Geral da Câmara Municipal das Caldas da Rainha, em 7 de Maio de 1996;

Renovada a comissão de serviço de director de departamento de Administração Geral da Câmara Municipal das Caldas da Rainha por mais três anos, por despacho de 20 de Janeiro de 1999;

Transitou para a categoria de especialista de informática do grau 2, nível 1, por aplicação do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;

Renovada a comissão de serviço de director de departamento de Administração Geral da Câmara Municipal das Caldas da Rainha por mais três anos, por despacho de 7 de Janeiro de 2002;

Renovada a comissão de serviço de director de departamento de Administração Geral da Câmara Municipal das Caldas da Rainha por mais três anos, por despacho de 5 de Março de 2005;

Transferido para a Câmara Municipal de Portalegre como especialista de informática do grau 2, nível 1, em 17 de Agosto de 2007;

Nomeado, em comissão de serviço, director de departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Portalegre, em 22 de Outubro de 2007.»

22 de Outubro de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Fernando Ceia Biscainho*.

2611059866

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Aviso (extracto) n.º 21 567/2007

Por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 12 de Outubro de 2007, foram nomeados definitivamente, Maria da Conceição Carvalho Moreira (5376), técnica profissional de fotografia e microfilmagem principal, Francisco José da Silva Vilarinho (4395), serralheiro civil principal, Eusébio Alfredo Escalreira Fernandes (4385), serralheiro civil principal, Carlos Jorge da Silva Vilarinho (5884), serra-